

ITALIANOS NO BRASIL: SÍNTESE HISTÓRICA E PREDILEÇÕES TERRITORIAIS¹

Weber Soares²

Denise Helena França Marques³

Sérgio Donizete Faria⁴

Dimitri Fazito de Almeida Rezende⁵

RESUMO: Este artigo encerra o propósito de identificar as tendências relativas à predileção dos imigrantes internacionais da Itália para com o território brasileiro com base em informações de natureza histórica, sociodemográfica e geográfica.

PALAVRAS-CHAVE: imigração italiana; predileções territoriais; síntese histórica.

ABSTRACT: In this article the authors propose to identify trends relating to the preference of Italian immigrants with Brazil based on historical, geographical and socio-demographic informations.

KEYWORDS: italian immigration; territorial predilections; historical overview.

INTRODUÇÃO

Aduzir a relação dos estados e municípios brasileiros depositários das conexões mais intensas com a migração internacional Itália/Brasil constitui o objetivo central deste trabalho. Para dar conta desse objetivo, a etapa analítica

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

² Doutor em Demografia. Professor e pesquisador do Departamento de Geografia – IGC/UFMG. E-mail: weber.igc@gmail.com

³ Doutora em Demografia. Pesquisadora do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA/UFMG. E-mail: denise@desa.ufmg.br

⁴ Doutor em Computação Aplicada. Professor e pesquisador do Departamento de Cartografia – IGC/UFMG. E-mail: fariamaracai@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Demografia. Professor e pesquisador do Cedeplar/UFMG. E-mail: dfazito@gmail.com

inicial consistiu em fazer a reconstituição sintética da história da imigração italiana no Brasil para evidenciar os recortes territoriais brasileiros que se particularizaram pelo pioneirismo quanto à recepção dos naturais da Itália. E, na sequência, as informações censitárias de 1991 e de 2000 servem de base à análise das tendências relativas à predileção dos imigrantes italianos, dos retornados internacionais brasileiros de datas fixas e dos imigrantes permanentes à categoria imigração acumulada quanto aos municípios brasileiros onde passaram a residir.

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Ao final do terceiro quartel do século XIX, a economia brasileira encontrara um produto que permitiria reintegrá-la nas correntes em expansão do comércio internacional: o café; restava resolver, no entanto, o problema da mão de obra. Lastreada na concepção de os imigrantes da Europa seriam os únicos capazes de construir uma nação brasileira civilizada e moderna, a solução para a escassez do fator trabalho passou pelo fomento estatal à imigração europeia

Se no Brasil o problema era a carência de mão de obra, na Europa, ao longo do século XIX, o que se verificava era um crescimento demográfico sem precedentes que, aliado aos avanços tecnológicos no âmbito da produção e da melhoria dos meios de transporte, punha à disposição do mercado grande excedente de força de trabalho. Foi em virtude das tendências populacionais inscritas nesse quadro sociodemográfico europeu que a Itália se integrou, no período 1870/1930, à chamada “grande imigração” para o Brasil e contribuiu para a substituição da mão de obra escrava pela livre no território brasileiro.

A Itália experimentou uma industrialização tardia que seguiu as linhas básicas da transição da produção feudal para a produção em moldes capitalistas de outros países europeus. A concentração de terras nas mãos de poucos produtores, as altas taxas de impostos sobre a terra, a oferta de produtos mais baratos pela grande propriedade que excluiu da concorrência o pequeno agricultor e a transformação desse pequeno agricultor em mão de obra para a indústria nascente que, no entanto, não dispunha de condições bastantes para absorvê-la tornaram disponível para o mercado de trabalho estrangeiro grande número de camponeses italianos sem terra e desocupados. A emigração internacional constituiu, no caso italiano, uma função de equilíbrio, pois aliviava a pressão sobre as cidades e a indústria nascente e, ao mesmo, tempo beneficiava a “pátria-mãe” com o dinheiro enviado do exterior pelos emigrados (ALVIM, 2000).

A imigração internacional italiana em massa iniciou-se logo após a unificação política da Itália, em 1871. As primeiras grandes levas de imigrantes italianos para o Brasil vieram da Itália setentrional, sobretudo do Vêneto: é nessa região que o processo de industrialização começou e deixou os agricultores sem trabalho e sem mercado para os produtos artesanais que produziam. Entre 1870 e 1920, o território brasileiro foi o único da América a receber imigrantes do Vêneto: 30% do total de emigrados italianos no Brasil, conforme os dados da Tabela 1. Pequenos proprietários de terra, meeiros e arrendatários, esses imigrantes compunham famílias extensas formadas por 12 ou até 15 pessoas, traziam o hábito “[...] de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; e a autoridade máxima dentro da família estava centrada na figura do pai que, por morte, era substituído pelo filho mais velho” (ALVIM, 2000, p. 386).

Tabela 1 – Emigração italiana para o Brasil segundo as regiões de procedência – 1876/1920.

Regiões de Procedência	Emigrantes	
	Absoluta	%
Vêneto	365.710	29,4
Campânia	166.080	13,4
Calábria	113.155	9,1
Lombardia	105.973	8,5
Abruzzi/Molizi	93.020	7,5
Toscana	81.056	6,5
Emília Romana	59.877	4,8
Brasilicata	52.888	4,3
Sicília	44.390	3,6
Piemonte	40.336	3,2
Puglia	34.833	2,8
Marche	25.074	2,0
Lázio	15.982	1,3
Úmbria	11.818	1,0
Ligúria	9.328	0,8
Sardenha	6.113	0,5
Total	1.243.633	100,0

Fonte: Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana dal 1876 al 1925.

A disponibilidade de terras para o cultivo, a baixa concentração de habitantes e a necessidade estratégica de ocupar a região sul brasileira responderam pela concentração pioneira desses imigrantes italianos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Após 1885, cresce a participação da Itália meridional nos fluxos migratórios que tomam o Brasil como destino. Engrossam esses fluxos os chamados *braccianti*, trabalhadores braçais cujo único recurso estava na própria força de trabalho, que se dirigiram principalmente para a lavoura de café, em especial, para o estado de São Paulo.

Estima-se que, no período 1870-1970, cerca de 28 milhões de italianos emigraram para diversos países da Europa, América do Norte e América do Sul. Em terras brasileiras, entre 1870 e 1920, desembarcaram 1,4 milhões de imigrantes italianos, 42% dos mais de 3 milhões de estrangeiros que vieram para o Brasil no mesmo período.

PRESENÇA ITALIANA NO SUL

No sul o estado que recebeu o maior número de italianos foi o Rio Grande: as estatísticas de entrada de nacionais da Itália nesse estado, entre 1882 e 1914, dão conta de 66 mil, 43% do total de 154 mil migrantes que aí chegaram nesse período (ALVIM, 2000). Vindos em sua maioria do norte da Itália, em especial do Vêneto, os italianos agruparam-se em colônias agrícolas, onde podiam falar os dialetos de origem e manter sua cultura e tradições; além disso, dedicaram-se ao cultivo de uvas e à produção de vinhos. Os italianos ocuparam, inicialmente, matas virgens na encosta da Serra Gaúcha, atraídos que foram pela possibilidade de trabalhar a terra como pequenos agricultores. Nessa região, eles criaram “[...] as três primeiras colônias italianas: Conde D’Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, atualmente as cidades de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente” (IMIGRAÇÃO, 2008).

Em face do esgotamento das terras colonizadas na Serra Gaúcha, passaram os italianos a ocupar outras regiões do Rio Grande. Assim, criaram, no centro do estado, a quarta colônia de imigração italiana que deu origem aos municípios de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine; município este onde se encontra a localidade de Vale Vêneto. Além dessas cidades, dignas de nota são Farroupilha, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata, Encantado, Guaporé, Lagoa Vermelha, Soledade, Cruz Alta, Jaguarí, Santiago, São Sepé, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul que nasceram de colônias italianas outras no território rio-grandense-do-sul (IMIGRAÇÃO, 2008).

Até 1870, Santa Catarina não passava de uma imensa floresta cuja população concentrava-se no litoral e vivia, especialmente, da pesca na zona costeira. No entanto, o ano de 1836 testemunha a entrada dos primeiros italianos que, vindos da Sardenha em reduzido número, fundaram a colônia de Nova Itália, atual **São João Batista** (IMIGRAÇÃO, 2008). A partir de 1875, maior quantidade de imigrantes da Itália chega ao estado e se encaminha para colônias já ocupadas pelos alemães “[...] como Itajaí, futura cidade de Brusque, e Blumenau. Dessas cidades irradiaram-se, posteriormente, outros núcleos como Botuverá, Nova Trento etc., seguindo os vales dos rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim, no leste do estado” (ALVIM, 2000, p. 390). Muitos vênets e lombardos dirigiram-se ao sul catarinense e criaram as colônias de Tubarão, Azambuja e Uruçanga: é exatamente aí que se encontra o principal foco de colonização italiana do estado.

No Paraná, os fluxos migratórios internacionais conheceram maior intensidade a partir de 1870 e aí assumiram características diferentes das que ostentaram nos demais estados sulinos. Longe de ser maioria no estado paranaense, os italianos se estabeleceram, primeiramente, no núcleo de Assugui, em 1874, e na colônia de Alessandra, cuja origem data de 1872. Nova Itália foi criada em 1877, no município de Morretes, para abrigar os italianos que deixaram Alessandra em virtude da inexistência de infra-estrutura e dinheiro para atender as necessidades iniciais, da insuficiência de alimentos para a manutenção dos colonos até que a terra começasse a produzir e do abandono desse núcleo pelo Governo (ALVIM, 2000). Fundada em 1878, Novo Tirol, hoje Santa Maria, foi o núcleo de italianos que mais se desenvolveu, pois, mesmo com o corte da ajuda governamental para as áreas de colonização nesse momento, a proximidade de Curitiba tornou possível o crescimento comercial e o abastecimento desse núcleo (ALVIM, 2000).

PRESENÇA ITALIANA NO SUDESTE

A expansão da lavoura cafeeira, sobretudo em São Paulo, constituiu o principal fator de atração dos imigrantes italianos para o Sudeste do Brasil. A maioria dos nacionais da Itália assentou residência nessa região, apesar de terem sido os estados sulinos os pioneiros na recepção deles.

À semelhança do que ocorreu nos estados sulinos, até 1890 o fluxo migratório de italianos para o estado paulista era composto por grandes famílias que pertenciam ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários do norte italiano; desse ano em diante, predominaram

as famílias menores e cresceu a participação dos imigrantes procedentes do sul da península itálica. Fato é que dos imigrantes internacionais italianos que se transferiram para o Brasil ao longo do período 1870-1920, cerca de 1,4 milhão, 70% concentrou-se em São Paulo. Os centros urbanos paulistas tornaram-se lugares de destino dos italianos à medida que entra em decadência a produção cafeeira. Além de constituírem a maior parte da mão-de-obra nas indústrias paulistas, esses imigrantes se tornaram de grande valia para os futuros industriais de São Paulo não só como mercado consumidor, mas ainda, indiretamente, pela vultosa contribuição de capital que colocavam à disposição desses industriais.

No Rio de Janeiro, os imigrantes italianos ocuparam, principalmente, os postos de trabalho oferecidos pela indústria e o comércio cariocas. Viviam em terras fluminenses, em 1900, cerca de 35 mil italianos, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e o restante em outras regiões produtoras de café do estado (IMIGRAÇÃO, 2008).

Os primeiros italianos a morar no estado do Espírito Santo foram 150 famílias que chegaram ao Brasil em 1875 e se dirigiram para Santa Leopoldina, de onde seguiram para Timbuí e fundaram Santa Teresa (IMIGRAÇÃO, 2008). O isolamento de mais de um século a que foram submetidas as colônias italianas do interior espírito-santense facultou a manutenção dos costumes dos imigrantes: muitos dos descendentes desses imigrantes ainda falam dialetos italianos, em especial os dialetos da região do Vêneto.

Dois foram os segmentos nos quais se subdividiu a imigração italiana em Minas Gerais: o dos colonos agricultores que foram atraídos para os arredores da capital do estado; e o dos que se encaminharam para o sul de Minas com o objetivo de trabalhar na lavoura de café. Cerca de 70 mil italianos residiam em território mineiro, no ano de 1900 (IMIGRAÇÃO, 2008).

PRESEÇA ITALIANA NO CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE

A grande maioria das pessoas de origem italiana na região Centro-Oeste veio dos estados do sul brasileiro. A falta de oportunidades econômicas, em especial, nas regiões interioranas desses estados, a partir da década de 1970, provocou a migração de milhares de pessoas dos estados sulinos para o Centro-Oeste, entre esses imigrantes encontravam-se muitos ítalo-brasileiros (IMIGRAÇÃO, 2008).

Praticamente não houve imigração italiana para a região Norte do Brasil. De forma similar ao que aconteceu no Centro-Oeste, a maior parte

dos ítalo-descendentes que residem no Norte vieram do centro-sul do País (IMIGRAÇÃO, 2008). A maioria dos imigrantes italianos residentes no Pará era natural da região sul da Itália, mais precisamente da Calábria, da Campania e da Basilicata. Colonos que também se dedicavam ao comércio, esses italianos concentraram-se nas seguintes cidades paraenses, Belém, Abaetetuba, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Alenquer (IMIGRAÇÃO, 2008).

A presença de imigrantes italianos no Nordeste foi pouco expressiva se comparada à presença deles nas regiões Sul e Sudeste. De fato, no ano de 1900, cerca de 6 mil viviam em terras nordestinas; a maior parte deles concentrava-se no sul da Bahia, mais precisamente no município de Jaguapara (IMIGRAÇÃO, 2008).

INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS SOBRE IMIGRAÇÃO DE ITALIANOS NO BRASIL: 1991 E 2000

O lugar de residência em data fixa passada, em regra 5 anos antes da data de referência do censo, põe à mostra os migrantes internacionais de datas fixas, isto é, as pessoas que residiam noutros países, nos extremos do recorte temporal pesquisado entre duas datas fixas. Logo, deve ser considerado: imigrante internacional de data fixa, todo o residente de determinada unidade espacial brasileira (qualquer município), com idade superior a 5 anos, que, por ocasião do censo, informou que residia noutro país 5 anos antes da data de referência desse censo; retornado internacional de data fixa, todo o brasileiro nato que, por ocasião do censo, informou, em município brasileiro, que residia na Itália 5 anos antes da data de referência desse censo.

A Tabela 2 deixa a ver o sensível aumento do número de imigrantes internacionais de datas fixas que escolheu o Brasil como destino entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000: de pouco mais de 15 mil no primeiro quinquênio, eles chegaram a 27 mil no segundo – um aumento de 78%. A participação absoluta e a relativa dos imigrantes italianos no total de entradas também sofreram elevação de um período a outro: de 2.099 (13,7%) em 1986/1991 para 4.383 (16%) em 1995/2000.

Tabela 2 – Imigrantes internacionais de datas fixas segundo o país de residência anterior à imigração – Brasil – 1986/1991 e 1995/2000.

Países de Origem	Período			
	1986/1991		1995/2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Alemanha	2.085	13,6	3.791	13,9
Espanha	1.197	7,8	2.841	10,4
França	2.663	17,4	3.936	14,4
Grã-Bretanha	1.825	11,9	3.916	14,3
Itália	2.099	13,7	4.383	16,0
Portugal	2.780	18,1	3.975	14,6
Outros países europeus	2.671	17,4	4.467	16,4
Total	15.320	100,0	27.309	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

Quando se leva em conta os imigrantes internacionais procedentes da Itália de acordo com o local de nascimento (Tabela 3), verifica-se que, no período 1986/1991, 55,5% deles eram retornados brasileiros; os quais assentaram residência na própria UF de nascimento (280) ou se encaminharam para Unidades da Federação de não-nascimento (886). A distribuição destes pelo território nacional evidencia a concentração deles no Sudeste, em especial, nos estados de São Paulo (242) e de Minas Gerais (177). Os estados sulinos receberam, com pequena dispersão, 196 retornados e o Nordeste, 140. Nessa região, os estados da Paraíba, da Bahia e do Ceará abrigaram o maior número dos que regressaram – 50, 26 e 21, respectivamente. E as pessoas de nacionalidade italiana que migraram da Itália para o Brasil, na última metade da década de 1990, responderam pela quase totalidade do fluxo (94%).

Do primeiro (1986/1991) para o segundo quinquênio (1995/2000), o que se nota é o incremento, de pouco mais de quatro vezes e meia, de brasileiros que regressaram da Itália para residir nas unidades da federação onde nasceram: de 280 eles passaram a 1312. Os nacionais brasileiros que voltaram para os estados da federação de não-nascimento concentraram-se no Sudeste (44%): aí ganham relevo os estados de São Paulo e Minas Gerais que absorveram 17% dos 1.105 retornados, cada um. O Nordeste assitiu um aumento de 60% na quantidade de imigrantes desse tipo entre esses dois quinquênios: Bahia, Pernambuco e Ceará foram responsáveis pela recepção

de mais da metade dos retornados da Itália (125). Os estados da região Sul admitiram 27% a mais de retornados da Itália do que a região Nordeste: Rio Grande do Sul (131), Santa Catarina (99) e Paraná (54).

Tabela 3 – Imigrantes de datas fixas provenientes da Itália, por unidade da federação ou país de nascimento – 1986/1991 e 1995/2000.

Local de nascimento	Período			
	1986/1991		1995/2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Acre	0	0,0	12	0,3
Alagoas	0	0,0	21	0,5
Amapá	0	0,0	9	0,2
Amazonas	0	0,0	13	0,3
Bahia	26	1,2	60	1,4
Ceará	21	1,0	16	0,4
Espírito Santo	0	0,0	49	1,1
Goiás	12	0,6	48	1,1
Maranhão	0	0,0	35	0,8
Mato Grosso	13	0,6	0	0,0
Minas Gerais	177	8,4	187	4,3
Pará	14	0,7	18	0,4
Paraíba	50	2,4	20	0,5
Paraná	74	3,5	54	1,2
Pernambuco	15	0,7	49	1,1
Rio de Janeiro	74	3,5	62	1,4
Rio Grande do Norte	10	0,5	22	0,5
Rio Grande do Sul	56	2,7	131	3,0
Santa Catarina	66	3,2	99	2,3
São Paulo	242	11,5	191	4,4
Sergipe	18	0,9	0	0,0
Brasil sem especificação	20	0,9	7	0,2
Argentina	5	0,2	9	0,2
Canadá	14	0,6	0	0,0
Chile	14	0,7	0	0,0
Egito	0	0,0	11	0,2
Espanha	0	0,0	38	0,9
Estados Unidos	0	0,0	23	0,5
Grã-Betanha	0	0,0	12	0,3
Israel	6	0,3	0	0,0
Itália	879	41,9	1.783	40,7
Iugoslávia	10	0,5	0	0,0
Japão	0	0,0	7	0,2

Local de nascimento	Período			
	1986/1991		1995/2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Libano	0	0,0	9	0,2
Paraguai	0	0,0	16	0,4
Peru	0	0,0	8	0,2
Polônia	6	0,3	0	0,0
Portugal	0	0,0	5	0,1
Suiça	0	0,0	8	0,2
Taiwan	0	0,0	10	0,2
Outros países africanos	0	0,0	26	0,6
Subtotal	1819	86,7	3.071	70,1
Retornados da Itália - UF de nascimento	280	13,3	1.312	29,9
Total	2.099	100,0	4.383	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

A estrutura por idade e sexo dos imigrantes italianos de datas fixas, representada na Tabela 4, põe em cena que o número de mulheres (362), que passou a residir em território brasileiro, no período 1986/1991, era 30% menor do que o número de homens (517). A ordenação por idade de ambos os sexos denota maior aglomeração de italianos (26%) e de italianas (17%) no grupo etário de 30-34 anos. Nos grupos etários de 40-44 e 45-49 anos, agrupou-se a maior quantidade de italianos migrantes. Acresce ainda que a participação relativa e a absoluta das mulheres pertencentes ao grupo etário de 65 anos ou mais mostravam-se superiores às dos homens: 14% de 362, naquele caso, contra 5% de 517 neste.

Tabela 4 – Imigrantes italianos de datas fixas por sexo e grupos de idade – 1986/1991 e 1995/2000.

Grupos de Idade	1986/1991					1995/2000				
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	
5-9	5	1,0	0	0,0	5	106	7,9	76	17,5	182
10-14	9	1,7	30	8,3	39	39	2,9	34	7,8	73
15-19	0	0,0	5	1,4	5	19	1,4	12	2,8	31
20-24	4	0,8	9	2,5	13	32	2,4	10	2,3	42
25-29	45	8,7	26	7,2	71	73	5,4	55	12,7	128
30-34	135	26,1	61	16,9	196	188	13,9	52	12,0	240
35-39	41	7,9	28	7,7	69	217	16,1	34	7,8	251
40-44	55	10,6	44	12,2	99	187	13,9	47	10,8	234
45-49	97	18,8	36	9,9	133	97	7,2	29	6,7	126
50-54	37	7,2	24	6,6	61	128	9,5	32	7,4	160
55-59	19	3,7	45	12,4	64	137	10,1	8	1,8	145
60-64	45	8,7	3	0,8	48	41	3,0	36	8,3	77
65 +	25	4,8	51	14,1	76	86	6,4	9	2,1	95
Total	517	58,8	362	41,2	879	1.350	75,7	434	24,3	1.784

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

De um quinquênio a outro, o que se nota, pela Tabela 4, é o declínio da contribuição proporcional das mulheres no fluxo migratório de italianos para o Brasil: se no recorte temporal 1986/1991, elas participavam com 41%, de 1995 a 2000, o percentual correspondente a elas ficou na casa de 24%. O total de homens sofreu um incremento de pouco mais de 160%; e a distribuição deles pelas idades expõe maior concentração nos grupos etários de 30-44 anos. Para as mulheres, a maior aglomeração, no período 1995/2000, ocorreu no grupo etário de 5-9 anos. Além disso, pouco expressiva, quando comparada com o quinquênio 1986/1991, foi a presença das italianas no grupo etário 65 anos ou mais; elas respondiam com 2,1% do total das 434 imigrantes em 2000.

Quanto aos retornados internacionais oriundos da Itália importa registrar que o número deles dobrou do quinquênio 1986/1991 para o quinquênio 1995/2000: de acordo com os dados da Tabela 5, em 1991, esse segmento populacional comportava 1.167 indivíduos e, em 2000, encerrava 2.417. Em comparação com as mulheres, a participação dos homens mostrou-se, na

composição dos retornados internacionais em 1991, bem menor – quase 36%. No período 1995/2000, a contribuição dos homens ao fluxo migratório permaneceu praticamente a mesma, quando atingiu a casa dos 37%.

Tabela 5 – Retornados internacionais de datas fixas provenientes da Itália por sexo e grupos de idade – 1986/1991 e 1995/2000.

Grupos de idade	1986/1991					1995/2000				
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	
5-9	17	4,1	15	2,0	32	54	6,0	19	1,3	73
10-14	15	3,6	42	5,6	57	27	3,0	40	2,6	67
15-19	19	4,6	0	0,0	19	8	0,9	54	3,6	62
20-24	53	12,8	11	1,5	64	35	3,9	105	6,9	140
25-29	65	15,7	171	22,7	236	100	11,1	172	11,3	272
30-34	115	27,7	112	14,9	227	206	22,9	313	20,6	519
35-39	34	8,2	132	17,6	166	246	27,3	300	19,8	546
40-44	48	11,6	84	11,2	132	53	5,9	126	8,3	179
45-49	26	6,3	65	8,6	91	91	10,1	98	6,5	189
50-54	23	5,5	36	4,8	59	14	1,6	72	4,7	86
55-59	0	0,0	7	0,9	7	24	2,7	31	2,0	55
60-64	0	0,0	25	3,3	25	18	2,0	52	3,4	70
65 +	0	0,0	52	6,9	52	25	2,8	134	8,8	159
Total	415	35,6	752	64,4	1.167	901	37,3	1.516	62,7	2.417

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

A análise que toma como referência a idade mostra que houve agrupamento dos homens nas idades de 20 a 44 anos e das mulheres de 25 a 49 anos no quinquênio 1986/1991. Nesse mesmo quinquênio, em contraste com a inexistência de homens nos grupos etários mais velhos (55 a 65+), o comparecimento das brasileiras retornadas era, em especial, expressivo no grupo etário de 65+ (7% do total de 752 mulheres). Distribuição semelhante é o que se percebe em 2000, houve agrupamento de retornados e de retornadas internacionais nas idades de 25 e 49 anos. Mais uma vez, a presença das mulheres no grupo etário de 65+ merece ressalva, pois a contribuição percentual delas era de quase 9% de 1.516.

Na Tabela 6, consta a distribuição dos retornados internacionais brasileiros e dos imigrantes italianos de datas fixas de acordo com a escolaridade. Salta aos olhos a confluência dos retornados e dos imigrantes nas categorias ensino médio completo, superior incompleto e superior completo: 78% dos

retornados e 72% imigrantes inscreviam-se nessas categorias, no intervalo de 1986 a 1991. Em 2000, a distribuição relativa dos retornados e dos imigrantes italianos quanto à escolaridade pouco se alterou, pois a maior concentração de ambos ocorria no ensino médio completo, no superior incompleto e no superior completo: 73% dos retornados e 77% dos imigrantes pertenciam a essas categorias.

Tabela 6 – Retornados internacionais e imigrantes italianos de datas fixas segundo a escolaridade – 1986/1991 e 1995/2000.

Escolaridade	1986/1991				1995/2000			
	Brasileiros		Italianos		Brasileiros		Italianos	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sem instrução	15	1,3	45	5,1	58	2,4	141	7,9
Ensino fundamental de 1º a 4º série incompleto	30	2,5	13	1,5	73	3,0	64	3,6
Ensino fundamental de 1º a 4º série completo	21	1,8	66	7,5	133	5,5	21	1,2
Ensino fundamental de 5º a 8º incompleto	67	5,7	38	4,3	128	5,3	92	5,2
Ensino fundamental completo	73	6,2	37	4,2	161	6,7	60	3,4
Ensino médio incompleto	49	4,2	44	5,0	91	3,8	38	2,2
Ensino médio completo	266	22,8	257	29,3	704	29,1	483	27,1
Superior incompleto	443	38,0	197	22,4	622	25,7	489	27,4
Superior completo	204	17,5	181	20,6	447	18,5	395	22,2
Total	1.166	100,0	879	100,0	2.417	100,0	1.783	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

Como registrado na Tabela 7, a categoria de ocupação na qual havia, em 2000, maior grupamento de retornados era “conta própria” – 18% do total de 2.417; e a ocupação referente a “empregado com carteira de trabalho assinada” abrigava 22% dos 1.783 imigrantes italianos que passaram a residir no Brasil, no período 1995/2000. Daí, obedecendo ao movimento descendente dos maiores percentuais correspondentes a cada um desses grupos migrantes nas categorias de ocupação, a contribuição relativa dos retornados admitia a seguinte configuração: 17% em “empregado com carteira de trabalho assinada” e 15% em “empregado sem carteira de trabalho assinada”; e a dos imigrantes italianos esta: 12% em “empregado sem carteira de trabalho assinada” e 10% em “conta própria”.

Tabela 7 – Retornados internacionais e imigrantes italianos de datas fixas segundo a ocupação – 1995/2000.

Ocupação	Brasileiros		Italianos	
	Abs.	%	Abs.	%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	14	0,6	--	0,0
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	24	1,0	--	0,0
Empregado com carteira de trabalho assinada	419	17,3	393	22,0
Empregado sem carteira de trabalho assinada	373	15,4	214	12,0
Empregador	103	4,2	99	5,5
Conta-própria	429	17,8	182	10,2
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	89	3,7	46	2,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4	0,2	--	0,0
Sub-total	1.454	60,2	934	52,4
Branco	963	39,8	849	47,6
Total	2.417	100,0	1.783	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS E DOS RETORNADOS INTERNACIONAIS BRASILEIROS DE DATAS FIXAS

A distribuição dos imigrantes italianos pelo território nacional, na segunda metade da década de 80 (Tabela 8), mostra que eles se fixaram em 59 municípios. Nesse período, vinte municípios brasileiros, detinham quase 71% do total do fluxo migratório de italianos que passaram a residir no Brasil. Entre esses municípios, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo ocupavam os patamares na pauta de interesses dos imigrantes italianos e participavam, conservando sua posição nesses patamares, da composição da lista das circunscrições territoriais que constituíam o objeto de maior interesse desses imigrantes na segunda metade da década de 1990. Além disso, quinze dos vinte municípios que compunham o conjunto de prioridades referente às unidades municipais escolhidas pelos nacionais da Itália para morar no Brasil, entre 1986 e 1991, não participavam do quadro de predileções municipais desses italianos migrantes entre 1995 e 2000.

Tabela 8 – Relação dos vinte municípios brasileiros que mais receberam imigrantes italianos de datas fixas nos quinquênios 1986/1991 e 1995/2000.

Estados	Municípios	1986/1991		1995/2000	
		Absoluta	%	Absoluta	%
BA	Itabuna	11	1,2	0	0,0
SP	São Pedro	11	1,2	0	0,0
RJ	Volta Redonda	12	1,4	0	0,0
MA	Vitorino Freire	13	1,4	0	0,0
SP	Santos	13	1,5	0	0,0
AM	Manaus	13	1,5	28	1,6
MG	Pedra Azul	17	1,9	0	0,0
SP	Jundiá	18	2,0	0	0,0
SP	Santana de Parnaíba	21	2,3	0	0,0
PR	Santa Izabel do Oeste	21	2,4	0	0,0
AL	Maceió	22	2,5	0	0,0
CE	Quixadá	22	2,6	0	0,0
RR	Boa Vista	24	2,7	0	0,0
SP	Americana	28	3,2	0	0,0
SP	Praia Grande	37	4,2	0	0,0
RS	Porto Alegre	38	4,3	0	0,0
BA	Salvador	41	4,7	54	3,0
RJ	Rio de Janeiro	41	4,7	124	6,9
MG	Belo Horizonte	75	8,5	173	9,7
SP	São Paulo	143	16,3	230	12,9
Total		621	70,6	609	34,1

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

Da relação dos vinte municípios brasileiros (Tabela 9) que foram objeto de maior concentração dos imigrantes italianos no quinquênio 1995/2000, fica claro que nove desses vinte municípios não faziam parte da pauta de interesses dos imigrantes no quinquênio 1986/1991: Porto Alegre e Jundiá que não constavam da lista de preferências territoriais dos italianos em 1991 situavam-se na quarta e na sexta posição, respectivamente, dessa lista em 2000. Curitiba, Fortaleza e Recife que receberam número reduzido de italianos entre 1986 e 1991 galgaram, entre 1995 e 2000, posição de ponta no campo de predileções dos nacionais da Itália que chegaram ao Brasil nesse intervalo. Pelas participações relativa e absoluta mais altas, foram responsáveis,

em ordem decedente, os municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Jundiaí, Salvador, Nova Lima, Fortaleza, Nova Iguaçu, Recife, Porto Seguro e Gravataí.

Tabela 9 – Relação dos vinte municípios brasileiros que mais receberam imigrantes italianos de datas fixas no quinquênio 1995/2000.

Estados	Municípios	1986/1991		1995/2000	
		Absoluta	%	Absoluta	%
SP	Lorena	0	0,0	17	0,9
SP	Vinhedo	0	0,0	19	1,1
ES	Vila Velha	0	0,0	21	1,2
MG	Contagem	8	0,9	25	1,4
BA	Ilhéus	0	0,0	28	1,6
DF	Brasília	8	0,9	28	1,6
AM	Manaus	13	1,5	28	1,6
RS	Gravataí	0	0,0	30	1,7
BA	Porto Seguro	0	0,0	37	2,0
PE	Recife	5	0,6	42	2,4
RJ	Nova Iguaçu	9	1,1	44	2,5
CE	Fortaleza	4	0,5	45	2,5
MG	Nova Lima	0	0,0	49	2,7
BA	Salvador	41	4,7	54	3,0
SP	Jundiaí	0	0,0	58	3,2
PR	Curitiba	4	0,5	61	3,4
RS	Porto Alegre	38	4,3	63	3,5
RJ	Rio de Janeiro	41	4,7	124	6,9
MG	Belo Horizonte	75	8,5	173	9,7
SP	São Paulo	143	16,3	230	12,9
Total		353	40,1	1174	65,8

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

O conjunto dos 20 municípios constituintes do campo de predileções espaciais dos retornados no quinquênio 1986/1991 (Tabela 10) acolheu 78% do total dos brasileiros que residiam na Itália e regressaram ao Brasil nesse intervalo. Desse conjunto, os cinco municípios que absorviam a maior quantidade de brasileiros advindos do território italiano eram São Paulo, Rio

de Janeiro, Salvador, São José dos Campos e Curitiba. A lista de prioridades quanto às unidades municipais escolhidas pelos retornados para residir no Brasil, de 1986/1991 para 1995/2000, sofreu alteração significativa, pois onze dos vinte municípios que integravam essa lista entre 1986 e 1991 não marcavam presença no domínio das preferências municipais desses retornados entre 1995 e 2000.

Tabela 10 – Relação dos vinte municípios brasileiros que mais receberam retornados internacionais de datas fixas no quinquênio 1986/1991.

Estados	Municípios	1986/1991		1995/2000	
		Absoluta	%	Absoluta	%
MG	Contagem	16	1,4	8	0,3
PR	Londrina	17	1,4	0	0,0
MA	São Luis	19	1,6	0	0,0
SP	Santos	22	1,8	0	0,0
MG	Belo Horizonte	22	1,9	96	4,0
MG	Diamantina	24	2,1	16	0,7
SP	Cotia	24	2,1	0	0,0
RS	Porto Alegre	30	2,6	91	3,8
MG	Governador Valadares	30	2,6	0	0,0
BA	Araci	31	2,7	0	0,0
SP	Campinas	35	3,0	0	0,0
RJ	São Pedro da Aldeia	35	3,0	0	0,0
PR	Cambe	37	3,2	0	0,0
PR	Pato Branco	39	3,3	0	0,0
DF	Brasília	46	3,9	59	2,4
PR	Curitiba	47	4,0	181	7,5
SP	São Jose dos Campos	57	4,9	0	0,0
BA	Salvador	70	6,0	7	0,3
RJ	Rio de Janeiro	99	8,5	247	10,2
SP	São Paulo	213	18,3	233	9,6
Total		913	78,3	938	38,8

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

Maior dispersão dos retornados internacionais brasileiros pelo território nacional é o que os registros censitários de 1991 e de 2000 atestam: em 1991 esses retornados distribuíam-se por 52 municípios; em 2000, os municípios

nos quais eles se instalaram atingiam o total de 126. Em face dessa maior dispersão, os vinte municípios, onde ocorria a maior aglomeração de brasileiros oriundos da Itália, no período, 1995/2000, absorviam 56% do total desse fluxo de retorno ao Brasil (Tabela 11). Ademais, treze municípios que não entravam na composição da pauta de interesses territoriais dos retornados de nacionalidade brasileira que moravam na Itália, entre 1986 e 1991, passaram a fazer parte dessa pauta no período 1995 e 2000: entre esses recortes municipais, vem a propósito assinalar, pela quantidade de retornados que receberam, Florianópolis, Fortaleza, Caxias do Sul e Ilha Solteira. O confronto da disposição hierárquica dos cinco municípios responsáveis pelo maior agrupamento dos brasileiros que residiam em território italiano e voltaram ao Brasil entre 1986/1991 e 1995/2000 deixa ver que, de um período a outro, Curitiba moveu-se da quinta para a terceira posição, Belo Horizonte, que ocupava a décima sexta posição na primeira fase, eleva-se a quarta posição na segunda, e São Paulo cedeu a primeira posição ao Rio de Janeiro.

Tabela 11 – Relação dos vinte municípios brasileiros que mais receberam retornados internacionais de datas fixas no quinquênio 1995/2000.

Estados	Municípios	1986/1991		1995/2000	
		Absoluta	%	Absoluta	%
PE	Recife	9	0,8	20	0,8
RJ	Niterói	0	0,0	21	0,9
MG	Itaúna	0	0,0	22	0,9
PR	Cascavel	0	0,0	23	0,9
MG	Coronel Fabriciano	0	0,0	23	1,0
RJ	Nova Iguaçu	0	0,0	25	1,0
MG	Juiz de Fora	0	0,0	26	1,1
MG	Uberaba	0	0,0	27	1,1
GO	Goiânia	0	0,0	28	1,2
ES	Vila Velha	0	0,0	29	1,2
SP	Ilha Solteira	0	0,0	35	1,4
RS	Caxias do Sul	0	0,0	45	1,9
CE	Fortaleza	0	0,0	51	2,1
DF	Brasília	46	3,9	59	2,4
SC	Florianópolis	0	0,0	62	2,5
RS	Porto Alegre	30	2,6	91	3,8

Estados	Municípios	1986/1991		1995/2000	
		Absoluta	%	Absoluta	%
MG	Belo Horizonte	22	1,9	96	4,0
PR	Curitiba	47	4,0	181	7,5
SP	São Paulo	213	18,3	233	9,6
RJ	Rio de Janeiro	99	8,5	247	10,2
Total		466	40,0	1344	55,5

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censos Demográficos 1991 e 2000.

IMIGRAÇÃO ACUMULADA DE IMIGRANTES ITALIANOS NO BRASIL

O conceito de imigrante italiano diz respeito a todas as pessoas nascidas na Itália, que adotaram a nacionalidade brasileira ou não. Com referência ao ano de 2000, a distribuição dos imigrantes italianos de acordo com o tempo de residência no Brasil (Tabela 12) deixa ver que a maior concentração deles ocorreu entre 40 e 49 anos. Nos dez primeiros anos da década de 1990, o número de imigrantes italianos que adotou a nacionalidade brasileira ou não, 9.600 (17,5%), sofreu um acréscimo de 92% em relação aos que chegaram aos anos 1980 e de quase 101% no tocante aos que vieram na década de 1970. Decréscimo da participação das mulheres no fluxo migratório Itália-Brasil ao longo dos últimos 30 anos do século XX é o que se nota da disposição dos números por sexo: nos anos 1970, a contribuição relativa delas foi de 40% e, nas décadas de 1980 e de 1990, de 39% e de 37% respectivamente. É apenas com referência ao tempo de residência de 50 a 94 anos que as posições entre os sexos se alteram, pois as mulheres concorrem com 54% em virtude da maior longevidade das mulheres.

Tabela 12 – Imigrantes italianos por sexo e tempo de residência no Brasil em 2000.

Tempo de Residência	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
0-9	6.199	20,5	3.429	13,8	9.628	17,5
10-19	3.050	10,1	1.958	7,9	5.008	9,1
20-29	2.843	9,4	1.952	7,9	4.795	8,7
30-39	3.030	10,0	2.820	11,4	5.850	10,6
40-49	10.381	34,3	9.101	36,7	19.482	35,4
50-94	4.751	15,7	5.521	22,3	10.272	18,7
Total	30.254	55,0	24.781	45,0	55.035	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

As unidades da federação brasileira que mais despertaram o interesse dos 55 mil imigrantes italianos foram (Tabela 13): São Paulo (63%), Rio de Janeiro (14%), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (4%), Paraná (3,7%) e Bahia (2%). A classificação desses imigrantes por sexo indica convergência na pauta de interesses de homens e mulheres quanto aos estados brasileiros: os estados que mais receberam italianos foram exatamente os que mais admitiram italianas, a saber - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Vale notar que, no Rio Grande do Sul e em Rondônia, o número de imigrantes femininos era superior ao dos homens, 1.243 naquele estado e 45 neste. Os registros censitários puseram à mostra que pequena foi a contribuição das mulheres no total de italianos que passaram a residir nos estados do Piauí (14) e do Rio Grande do Norte (11); e nenhuma italiana foi registrada pelo Censo de 2000 no Acre e no Amapá.

De acordo com os Microdados do Censo Demográfico 2000 – IBGE, os municípios responsáveis pela recepção da maior parte da migração acumulada de italianos no Brasil, com exceção dos recortes municipais onde se encontram as capitais e nos quais o número de imigrantes é inferior a 50, foram, no estado de São Paulo, São Roque, Osasco, São Caetano do Sul, Santos, Jundiá, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo e Santo André; no Rio de Janeiro, Petrópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Niterói; em Minas Gerais, Nova Lima, Poços de Caldas, Uberlândia, Contagem e Juiz de Fora; no Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, Alvorada, Pelotas, Gravataí, Canoas e Caxias do Sul; no Paraná, Arapongas, Umuarama, Maringá e Londrina; na Bahia, Euclides da Cunha, Ilhéus Porto Seguro e Feira

de Santana; em Santa Catarina, Joinville, Criciúma e Balneário Camboriú; e, no Espírito Santo, Vila Velha.

Tabela 13 – Imigrantes italianos por unidades da federação e sexo em 2000.

Unidades da Federação	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
AC	24	0,1	0	0,0	24	0,0
AP	61	0,2	0	0,0	61	0,1
RN	122	0,4	11	0,0	133	0,2
PI	33	0,1	14	0,1	47	0,1
AL	29	0,1	18	0,1	47	0,1
TO	10	0,0	20	0,1	30	0,1
RR	47	0,2	24	0,1	71	0,1
PB	74	0,2	24	0,1	98	0,2
SE	23	0,1	32	0,1	55	0,1
RO	33	0,1	45	0,2	78	0,1
AM	129	0,4	68	0,3	197	0,4
MT	193	0,6	77	0,3	270	0,5
MA	75	0,2	81	0,3	156	0,3
MS	197	0,7	90	0,4	287	0,5
PA	259	0,9	95	0,4	354	0,6
GO	289	1,0	95	0,4	384	0,7
PE	345	1,1	122	0,5	467	0,8
CE	313	1,0	154	0,6	467	0,8
ES	363	1,2	156	0,6	519	0,9
DF	216	0,7	162	0,7	378	0,7
SC	312	1,0	235	0,9	547	1,0
BA	818	2,7	479	1,9	1 297	2,4
MG	1.631	5,4	782	3,2	2 413	4,4
PR	1.156	3,8	856	3,5	2.012	3,7
RS	1.089	3,6	1.243	5,0	2.332	4,2
RJ	4.299	14,2	3.617	14,6	7.916	14,4
SP	18.115	59,9	16.279	65,7	34.394	62,5
Total	30.255	55,0	24.779	45,0	55.034	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

O arranjo dos imigrantes italianos por sexo e idade, Tabela 14, põe à mostra que nos grupos etários de 0 a 15 anos encontravam-se não mais do que 1,4% do total de nacionais da Itália que chegaram ao Brasil no decorrer do século XX. Os italianos cuja idade inscrevia-se no intervalo de 15 a 65 anos contribuíam com pouco mais de 46%; e o subconjunto dos imigrantes com idade superior a 65 anos respondia com 52%. A análise dos dados quanto às variáveis sexo e idade não acusa grandes diferenças na participação relativa de homens e mulheres pelas idades, tanto a que toma como denominador o subtotal para ambos os sexos em cada grupo etário quanto a que lança mão do total para cada sexo como denominador. Dignas de nota foram a participação relativa e absoluta das mulheres pertencentes ao grupo etário de 75 anos ou mais; elas responderam por 56% da quantidade de pessoas registrada nessa idade e, nesse caso, excederam de 1.710 o número de homens.

Tabela 14 – Imigrantes italianos por sexo e grupos de idade em 2000.

Grupos de Idade	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
0-4	99	0,3	144	0,6	243	0,4
5-9	228	0,8	145	0,6	373	0,7
10-14	68	0,2	99	0,4	167	0,3
15-19	87	0,3	93	0,4	180	0,3
20-24	166	0,5	91	0,4	257	0,5
25-29	295	1,0	200	0,8	495	0,9
30-34	610	2,0	303	1,2	913	1,7
35-39	731	2,4	315	1,3	1.046	1,9
40-44	1.000	3,3	449	1,8	1.449	2,6
45-49	1.962	6,5	1.379	5,6	3.341	6,1
50-54	3.425	11,3	2.696	10,9	6.121	11,1
55-59	2.973	9,8	2.322	9,4	5.295	9,6
60-64	3.734	12,3	2.683	10,8	6.417	11,7
65-69	4.527	15,0	3.087	12,5	7.614	13,8
70-74	4.540	15,0	3.253	13,1	7.793	14,2
75+	5.809	19,2	7.519	30,3	13.328	24,2
Total	30.254	55,0	24.778	45,0	55.032	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

Quanto à escolaridade, a Tabela 15 evidencia maior concentração de mulheres na categoria sem instrução (12%); o percentual de homens correspondente a essa categoria é de apenas 5%. Na faixa de 1 a 4 anos de estudo, os homens também respondem com uma contribuição menor, 26% de 30.196, contra 39% das 24.731 mulheres. Importa observar, no entanto, que essa é a faixa de maior convergência de ambos os sexos. Daí em diante, na ordem crescente das faixas de estudo, a participação das mulheres imigrantes é cada vez menor: ao passo que a participação relativa delas foi de 17,5% na classe de 5 a 8 anos de estudo, de 17% na de 9 a 11 anos, de 13% na de 12 a 16 anos e na de 1,6% de 17 anos ou mais; os homens responderam com 18, 20, 26 e 4,2% em cada uma dessas categorias respectivamente.

Tabela 15 – Imigrantes italianos por sexo e anos de estudo em 2000.

Anos de Estudo	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Sem instrução	1.545	5,1	2.898	11,7	4.443	8,1
1 a 4 anos	7.926	26,2	9.601	38,8	17.527	31,9
5 a 8 anos	5.465	18,1	4.334	17,5	9.799	17,8
9 a 11 anos	6.091	20,2	4.189	16,9	10.280	18,7
12 a 16 anos	7.899	26,2	3.301	13,3	11.200	20,4
17 anos ou +	1.270	4,2	408	1,6	1.678	3,1
Total	30.196	100,0	24.731	100,0	54.927	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

A configuração exibida pelos dados na Tabela 16 revela que o peso relativo das mulheres na faixa salarial de 0 a 5 mostrou-se bem superior ao dos homens: a presença deles nessa categoria foi de 40,6% e a delas ficou na casa de 78%. Nas faixas salariais compreendidas entre 5 e 15, a participação relativa das mulheres foi pouco inferior à metade dos percentuais masculinos. A composição dos dados para os que recebiam mais de 15 salários põe em relevo uma acentuada diferença: os imigrantes do sexo masculino totalizavam 27% (8.071) e os do sexo feminino, 6,5% (1.597).

Tabela 16 – Imigrantes italianos por sexo e faixas salariais em 2000.

Faixas Salariais	Homens		Mulheres		Total	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
0-5	12.149	40,6	19.126	78,1	31.275	57,5
5-10	6.905	23,1	2.725	11,1	9.630	17,7
10-15	2.803	9,4	1.042	4,3	3.845	7,1
15 +	8.071	27,0	1.597	6,5	9.668	17,8
Total	29.928	55,0	24.490	45,0	54.418	100,0

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

Da distribuição absoluta e percentual dos imigrantes italianos por unidades da federação e faixas salariais em 2000, constante na Tabela 17, verifica-se que a hierarquia dos estados brasileiros onde residiam os imigrantes que recebiam, nesse ano, mais de 15 salários é a que se segue: i) São Paulo, com 17% de 34.280; ii) Rio de Janeiro, com 17% de 7.790; iii) Minas Gerais, com 28% de 2.315; iv) Rio Grande do Sul, com 20% de 2.298; e v) PR, com 17% de 1.978

Em referência aos municípios de maior confluência dos imigrantes italianos que percebiam, em 2000, mais de 15 salários, os Microdados do Censo Demográfico 2000 – IBGE, à parte tanto os municípios correspondentes às capitais dos estados quanto os que acolheram um número de imigrantes inferior a 10, trazem à tona os seguintes recortes territoriais: Santos, Campinas e Santo André, em São Paulo; Nova Friburgo, Armação de Búzios, Barra Mansa e Niterói, no Rio de Janeiro; Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia, em Minas Gerais; Novo Hamburgo, Uruguaiana, Carazinho e Pelotas, no Rio Grande do Sul; Porecatu, Cascavel e Ponta Grossa, no Paraná; Feira de Santana e Santa Cruz Cabralia, na Bahia; Cariacica e Vila Velha, no Espírito Santo; Goianira, em Goiás; e Sinop, no Mato Grosso.

Tabela 17 – Imigrantes italianos por unidades da federação e faixas salariais em 2000.

Unidades da Federação	Imigrantes por Faixas Salariais								Total
	0-5		5-10		10-15		15+		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
RO	68	0,2	-	-	-	-	9	0,1	77
AC	24	0,1	-	-	-	-	-	-	24
AM	161	0,5	16	0,2	-	-	10	0,1	187
RR	45	0,1	8	0,1	9	0,2	9	0,1	71
PA	214	0,7	26	0,3	51	1,3	56	0,6	347
AP	24	0,1	26	0,3	-	-	11	0,1	61
TO	9	0,0	4	0,0	-	-	11	0,1	24
MA	81	0,3	34	0,4	41	1,1	-	-	156
PI	36	0,1	10	0,1	-	-	-	-	46
CE	210	0,7	135	1,4	37	1,0	78	0,8	460
RN	56	0,2	42	0,4	18	0,5	8	0,1	124
PB	49	0,2	8	0,1	22	0,6	19	0,2	98
PE	168	0,5	128	1,3	45	1,2	117	1,2	458
AL	17	0,1	9	0,1	-	-	20	0,2	46
SE	43	0,1	12	0,1	-	-	-	-	55
BA	736	2,4	223	2,3	114	3,0	170	1,8	1243
MG	1.033	3,3	463	4,8	183	4,8	636	6,6	2315
ES	222	0,7	96	1,0	38	1,0	118	1,2	474
RJ	4.326	13,8	1.504	15,6	629	16,4	1.331	13,8	7790
SP	20.234	64,7	5.923	61,5	2.229	58,0	5.894	61,0	34280
PR	1.184	3,8	308	3,2	151	3,9	335	3,5	1978
SC	300	1,0	104	1,1	60	1,6	44	0,5	508
RS	1.399	4,5	335	3,5	113	2,9	451	4,7	2298
MS	184	0,6	53	0,6	17	0,4	33	0,3	287
MT	158	0,5	37	0,4	12	0,3	64	0,7	271
GO	179	0,6	72	0,7	16	0,4	102	1,1	369
DF	117	0,4	50	0,5	58	1,5	141	1,5	366
Total	31.277	100,0	9.626	100,0	3.843	100,0	9.667	100,0	54413

Fonte dos Dados Brutos: IBGE (Microdados) – Censo Demográfico 2000.

CONCLUSÃO

A reconstituição sintética da história da imigração italiana pôs em evidência que as primeiras grandes levas de nacionais da Itália para o Brasil eram oriundas da região setentrional da península, sobretudo, do Vêneto. Esses imigrantes do norte italiano eram, em sua maioria, pequenos proprietários de terra, meeiros e arrendatários que possuíam famílias extensas formadas e tinham o hábito de trabalhar a terra juntos. No Brasil, a disponibilidade de terras para o cultivo, a baixa concentração de habitantes e a necessidade de povoamento para impedir a invasão dos países platinos fronteiriços responderam pela concentração pioneira dos imigrantes italianos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A participação da Itália meridional nos fluxos migratórios que tomaram o Brasil como destino cresceu após 1885. Engrossaram esses fluxos os chamados *braccianti*, trabalhadores braçais que se dirigiram, ao Sudeste, principalmente, para trabalhar nas lavouras de café do estado de São Paulo. Nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a imigração de italianos foi pouco expressiva; todavia, importa o registro de que a maioria dos imigrantes italianos residentes no Pará eram naturais da região sul da Itália, mais precisamente da Calábria, Campania e Basilicata e se concentraram nas seguintes cidades: Belém, Abaetetuba, Óbidos, Oriximiná, Santarém e Alenquer.

Várias foram as cidades que surgiram no Brasil em decorrência da presença dos italianos em solo brasileiro e das atividades econômicas desenvolvidas por eles. No Rio Grande do Sul, entre as cidades que se originaram de colônias italianas merecem registro Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Flores da Cunha, Antônio Prado, Veranópolis, Nova Prata, Encantado, Guaporé, Lagoa Vermelha, Soledade, Cruz Alta, Jaguari, Santiago, São Sepé, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul. Já o principal foco de colonização italiana em Santa Catarina restringiu-se às cidades de Botuverá, Nova Trento, Tubarão, Azambuja e Urussanga. Santa Maria foi o núcleo de italianos que mais se desenvolveu em terras paranaenses.

As informações censitárias mostraram que, no Brasil, o número de imigrantes oriundos do território italiano dobrou do quinquênio 1986/1991 para o quinquênio 1995/2000. A estrutura por idade e sexo dos italianos permitiu verificar que a participação relativa dos homens foi superior à das mulheres em ambos os quinquênios (1986/1991 e 1995/2000); e a contribuição proporcional das mulheres sofreu declínio acentuado de um período a outro. No caso dos retornados internacionais, a participação dos homens

no fluxo migratório mostrou-se bem menor em 1986/1991 e permanecia praticamente a mesma em 1995/2000, em comparação com as mulheres.

Da distribuição dos retornados internacionais brasileiros e dos imigrantes italianos de datas fixas de acordo com a escolaridade, tornou-se evidente a concentração dos retornados e dos imigrantes nas categorias ensino médio completo, superior incompleto e superior completo nos dois quinquênios (1986/1991 e 1995/2000). Quanto à ocupação, verificou-se que o maior grupamento de retornados internacionais ocorria, no ano de 2000, na categoria “conta própria” e o de imigrantes italianos, na categoria “empregado com carteira de trabalho assinada”.

Com referência à imigração acumulada de italianos, importa notar que a maior concentração do fluxo migratório italiano entre 1905 e 2000, foi na década de 1960. A quantidade de imigrantes italianos que adotou, no decênio 1990/2000, a nacionalidade brasileira ou não admitiu um acréscimo de 92% em relação aos que chegaram nos anos 1980 e de quase 101% em relação a década de 1970. E o arranjo desses imigrantes conforme idade e sexo não acusou grandes diferenças na participação relativa de homens e mulheres pelos grupos etários.

A distribuição espacial pelo território nacional dos imigrantes internacionais procedentes da Itália, na segunda metade da década de 1980, pôs em evidência a concentração no Sudeste dos retornados que se dirigiram para unidades da federação de não-nascimento, em especial nos estados de São Paulo e Minas Gerais. No decênio 1990/2000, o conjunto dos retornados que voltou a residir nas unidades da federação onde nasceram cresceu pouco mais de quatro vezes e meia; esses retornados aglomeraram-se, também, no Sudeste, nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Do conjunto dos 20 municípios que constituíam o objeto de maior interesse dos imigrantes italianos no quinquênio 1986/1991, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre ocupavam as cinco primeiras posições; e mantiveram, com exceção do penúltimo município, sua posição na composição dessa lista na segunda metade da década de 1990. Além disso, Jundiá que não constava no rol de preferências em 1991 situava-se na sexta posição em 2000. Curitiba, Fortaleza e Recife que receberam número reduzido de italianos no quinquênio 1986/1991 galgaram, no quinquênio 1995/2000, posição de ponta na lista de predileções dos nacionais da Itália que chegaram ao Brasil nesse período.

Os cinco municípios responsáveis pela recepção da maior quantidade de brasileiros que residiam na Itália e regressaram ao Brasil entre 1986 e 1991

foram São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, São José dos Campos e Curitiba. O confronto da disposição hierárquica dos 20 municípios que compunham o campo de predileções espaciais dos retornados internacionais brasileiros, nos recortes temporais de 1986/1991 e 1995/2000, mostra que, de um recorte a outro: Curitiba moveu-se da quinta para a terceira posição; Belo Horizonte, que ocupava a décima sexta posição no primeiro recorte, eleva-se à quarta posição no segundo; e São Paulo cedeu a primeira posição ao Rio de Janeiro. Ademais, entre os municípios que não entravam na composição da lista de interesses territoriais desses retornados no quinquênio 1986/1991, cabe destacar, pela quantidade de retornados que receberam no quinquênio 1995/2000, Florianópolis, Fortaleza, Caxias do Sul e Ilha Solteira.

A pauta de interesses pelo território nacional dos italianos pertencentes à categoria imigração internacional acumulada, em 2000, indicou como estados de maior concentração desses imigrantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Com exceção das capitais dos estados e das unidades municipais onde o número de imigrantes era inferior a 50, os municípios de maior confluência dos imigrantes foram: no estado de São Paulo, São Roque, Osasco, São Caetano do Sul, Santos, Jundiá, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo e Santo André; no Rio de Janeiro, Petrópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Niterói; em Minas Gerais, Nova Lima, Poços de Caldas, Uberlândia, Contagem e Juiz de Fora; no Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, Alvorada, Pelotas, Gravataí, Canoas e Caxias do Sul; no Paraná, Arapongas, Umuarama, Maringá e Londrina; na Bahia, Euclides da Cunha, Ilhéus Porto Seguro e Feira de Santana; em Santa Catarina, Joinville, Criciúma e Balneário Camboriú; e no Espírito Santo, Vila Velha.

Por fim, a distribuição espacial dos italianos que, em 2000, recebiam mais de 15 salários pês em evidência, à parte tanto os municípios correspondentes às capitais dos estados quanto os que acolheram um número de imigrantes inferior a 10, as seguintes circunscrições municipais: Santos, Campinas e Santo André, em São Paulo; Nova Friburgo, Armação de Búzios, Barra Mansa e Niterói, no Rio de Janeiro; Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia, em Minas Gerais; Novo Hamburgo, Uruguaiana, Carazinho e Pelotas, no Rio Grande do Sul; Porecatu, Cascavel e Ponta Grossa, no Paraná; Feira de Santana e Santa Cruz Cabralia, na Bahia; Cariacica e Vila Velha, no Espírito Santo; Goianira, em Goiás; e Sinop, no Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 39-52.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro. 2001.
- _____. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Nacional, 1998. 248 p.
- GOMES, Ângela de Castro. Imigrantes italianos: entre a italianatà e a brasilidade. In: IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IMIGRAÇÃO italiana no Brasil. In: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigração_italiana_no_Brasil> .Acesso em: 21 out. 2008.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, 8 (suplemento), p. 49-90, 1974.
- VAINER, Carlos Bernardo. Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. *Cadernos de Migração*, n. 7, p. 4-29, 2000.
- _____. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 39-52. (Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil, v. 1).

Artigo recebido em 14/04/2011.

Aprovado em 23/06/2011.